



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

**CONFERÊNCIA DE HOMENAGEM A  
HENRIQUE MEDINA CARREIRA**

**A dívida pública e o crescimento económico em Portugal**

Fundação Calouste Gulbenkian

28 de Setembro de 2017, 15h15 horas

Discurso de Encerramento

Foi um grande desgosto para o Conselho Directivo do Forum para a Competitividade a perda do Dr. Henrique Medina Carreira.

Desde 2008 que na reunião semanal discutíamos a evolução da economia portuguesa.

Nenhum dos presentes tinha qualquer dúvida de que iríamos rebentar e a crise do sub-prime só antecipou nalguns meses, um desastre anunciado.

Também não tínhamos dúvidas, nem ele nem nós, de que a generalidade da classe dirigente, sobretudo o que ele chamava de Partido Estado resistiria a todas a mudanças, como aconteceu.

Mas, para além duma capacidade de previsão alicerçada num conhecimento de décadas de política orçamental portuguesa, designação suave para um crescimento contínuo das despesas públicas, sem qualquer preocupação de sustentabilidade, o Dr. Medina Carreira, que conhecia muito bem a sociedade portuguesa, defendia consistentemente soluções para o futuro.

Era essa procura constante do que está mal e pode ser melhorado e da forma mais prática de o fazer, que o distinguia. E é a esse espírito que prestamos homenagem.

Talvez por ter trabalhado e estudado, e não estudado e trabalhado, por ter trabalhado para produzir coisas concretas antes de fazer a licenciatura as suas análises eram muito diferentes da esmagadora maioria do que ouvíamos.

Quem estuda um problema para o compreender não tem diante do seu espírito senão esse problema, quem estuda um problema para o resolver e aplicar tem diante do seu espírito duas coisas – o problema e a realidade a que será aplicada a solução.

O problema é conhecido: como crescer num enquadramento fiscal, muito desequilibrado - no sentido anglo-saxónico, com uma taxa de poupança baixíssima, um sistema financeiro ainda com problemas e empresas com balanços frágeis. Todos concordarão que será, em grande parte, através

do IDE e também através do crescimento da parte melhor do tecido empresarial existente.

A realidade é uma sociedade que se quer maioritariamente convencer de que tudo está bem – e não está, e que das reformas não resultará um progresso de resultados bem distribuídos.

O progresso envolve o abandono de certos hábitos, normas e atitudes que, por serem velhas, se tornaram queridas e, por serem usuais, se tornam necessárias. A essência do progresso é, portanto, uma coisa que choca os homens e a atitude instintiva é resistir-lhe.

Numa sociedade progressiva, que devemos desejar, o que há de fundamental resume-se a duas forças – uma que tende a fazer progredir, outra que tende a resistir ao progresso. E deveriam estar relativamente equilibradas com algum predomínio das forças que querem progredir, para termos um progresso tranquilo. Progressismo a mais gera anarquia, progressismo a menos gera estagnação e declínio. É actualmente o cenário mais provável em Portugal.

É hoje muito evidente que as mudanças bruscas que tivemos de viver no programa de ajustamento levaram ao reforço das forças conservadoras e, não fora a forte recuperação da economia europeia, estaríamos em estagnação e a ela regressaremos se revertemos as reformas e não aumentarmos fortemente o investimento empresarial.

O mundo entretanto não pára e levanta-nos desafios irrecusáveis:

- a União Europeia condiciona decisivamente a configuração do nosso sistema bancário. Restar-nos-á um banco local, a CGD, para assegurar o financiamento e crescimento da actividade empresarial, uma filial dum banco regional catalão, uma filial do único banco global ibérico e os dois maiores bancos privados com accionistas com visões desconhecidas sobre o longo prazo e não necessariamente bem vistos a nível da União Europeia. Esperemos que a anunciada reforma da supervisão, não conhecendo diagnóstico público credível da desgraça dos últimos anos, não venha a ser uma complicação estrutural adicional para possibilitar uma maior intervenção governamental no sector, a que devemos resistir.
- o período dos *bail-outs* terminou. As eleições alemãs são mais uma manifestação de que os eleitorados nacionais, nas recentes e nas próximas eleições não os tolerarão. Apelar à solidariedade europeia para assim adiar a resolução dos problemas poderá servir para enganar os eleitores mas leva-nos à irrelevância, reduzindo a nossa capacidade de influenciar políticas europeias em áreas estratégicas - pescas, recursos marinhos de outro tipo e portos, como exemplos.

Temos por isso de encontrar um caminho nacional para tratar da dívida.

- a velocidade das mudanças, os novos sectores e os novos empregos – tudo isto implica flexibilidade e orientação profissional para o futuro ou morte do emprego. Quando a França mudar a sua legislação de trabalho cairá o baluarte europeu de defesa duma visão sindical retrógrada e Portugal aparecerá ainda mais como uma excepção com uma legislação que visa cristalizar o presente.

As greves recentes e as anunciadas constituem um abuso dum instrumento de último recurso, configuram comportamentos de legalidade duvidosa e servem uma estratégia de distribuição de rendimentos salariais pelos sectores politicamente organizados a que nem os juízes parecem resistir.

- A concorrência fiscal vai reforçar-se na medida inversa da perda de peso dos partidos socialistas e sociais-democratas e a reforma fiscal de Trump levará a uma baixa generalizada das taxas de IRC.

Também por estas razões a redução das despesas públicas é objectivo a planear em mais do que uma legislatura e as despesas sociais deveriam ser objecto dum planeamento separado e longo.

Contar só com a restrição financeira, como o governo anterior se viu obrigado a fazer, não resulta, mas o prazo longo implica um acordo inter-partidário sólido. Será possível?

- A importância e a urgência das reformas deve levar-nos a seleccionar poucas medidas que possam concentrar em si a maior parte dos resultados esperados e aplicá-las simultaneamente.

Escolher só algumas ou aplicá-las muito faseadamente não resulta.

O Forum para a Competitividade investiu nos últimos anos muito tempo na selecção das medidas necessárias. Quase todas implicam alguns custos políticos para resultados de que muitos gostam de duvidar, apesar de inúmeros países demonstrarem o contrário, nomeadamente ultrapassando-nos em PIB *per capita*. Agora vai ser a Lituânia e nos últimos anos foram muitos outros. Nós é que não ultrapassámos ninguém. No ano passado apresentámos um programa de crescimento para o período 2017-2027 com base, quer nos crescimentos passados de 2010 a 2015, quer nas perspectivas dos sectores com mais peso nas exportações. É possível crescer mais, criar mais empregos e pagar melhores salários e garantir superávits externos que permitam reduzir fortemente a dívida externa.

Mas esse crescimento tem que ser um objectivo nacional e, na medida em que só ele permitirá uma redução progressiva e sustentada da dívida, outros objetivos, nomeadamente as despesas sociais, terão que lhe estar subordinados ou não serão sustentáveis.

Na linha do que fizemos com a colaboração do Dr. Medina Carreira, continuaremos um esforço consistente de apresentação de medidas positivas mas também de denúncia vigorosa quer dos inúmeros entraves quer da ausência duma acção dirigida à sua ultrapassagem.

Pedro Ferraz da Costa

Presidente do Conselho Directivo